



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

Sub-eixo: Fundamentos do Serviço Social

PROJETOS SOCIETÁRIOS E PROJETOS PROFISSIONAIS EM DISPUTA:

dilemas e desafios no exercício profissional do (a) assistente social na contemporaneidade.

ELAINE NUNES SILVA FERNANDES ¹
FRANQUELINE TERTO DOS SANTOS ²
JOSELITA OLIVIA DA SILVA MONTEIRO ²
VALÉRIA COELHO DE OMENA ³

RESUMO: Este artigo discute a relação entre projetos societários e projetos profissionais e, a partir dos pressupostos marxianos, reflete os desafios colocados ao exercício profissional do (a) assistente social. O argumento defendido é que o agravamento da “questão social”, nos marcos da crise estrutural do capital, efetiva uma inflexão no campo profissional do Serviço Social, vinculado hegemonicamente a um projeto ético-político cujo eixo central é a defesa da emancipação humana. Assim, entende-se que o fortalecimento de um projeto profissional emancipador, passa necessariamente pela análise crítica da realidade que culmine na construção coletiva de estratégias político-pedagógicas que possam fazer frente ao avanço do conservadorismo.

Palavras-chave: Projetos societários; Projeto profissional do Serviço Social; Conservadorismo.

ABSTRACT: This paper discusses the relationship between corporate projects and professional projects and,

1 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal De Alagoas

2 Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal De Alagoas

3 Estudante de Pós-Graduação. Prefeitura Municipal De Maceió

based on Marxian ideas, reflects the challenges posed to the professional practice of social workers. of capital, effectively an inflection in the professional field of Social Work, hegemonically linked to an ethical-political project whose central axis is the defense of human emancipation. Thus, it is understood that the strengthening of an emancipating professional project necessarily involves a critical analysis of the reality that culminates in the collective construction of political-pedagogical strategies that can face the advance of conservatism.

Keywords: Corporate projects; professional projects; Societal Issue; Ethical-political project; Conservatism

I. INTRODUÇÃO

O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, que tem sua origem ligada aos determinantes da correlação de forças entre o capital⁴ e o trabalho - durante a fase monopolista do capital⁵, quando a classe trabalhadora organizada, força o reconhecimento político da questão social⁶.

Portanto, o surgimento do Serviço Social está intimamente ligado à chamada questão social, ou seja, as bases da profissão foram erguidas na necessidade do reconhecimento político da questão social, por meio da intervenção do Estado, enquanto instância de controle e administração, através das políticas sociais, tendo o respaldo da classe dominante, e do movimento ligado à Igreja Católica.

Nesse sentido, a construção ética profissional está ligada a sua formação e a sua constituição histórica, que perpassa, desde a influência conservadora da Igreja e as ideias positivistas da classe hegemônica, à perspectiva de ruptura com o conservadorismo, à construção do novo código de ética e o seu projeto ético-político, ambas articuladas com os movimentos sociais, as lutas da classe trabalhadora e em defesa da emancipação humana.

Neste texto, abordaremos o processo de construção do Serviço Social crítico e sua relação com os projetos societários.

4A esse respeito, Netto (2001) afirma que é no capitalismo que, pela primeira vez na história, a pobreza cresceu na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riqueza.

5Excelente abordagem a esse respeito em Netto (2006): Capitalismo monopolista e serviço social.

6 Netto (2006) conceitua *questão social* como o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que são reclamados pela classe operária no curso da consolidação do capitalismo. Neste sentido, a questão social está atrelada aos conflitos da relação capital *versus* trabalho. Sua existência e reprodução só se tornam possíveis enquanto elemento de uma classe, através da luta que trava para garantir e ampliar suas condições de sobrevivência.

II. O PROCESSO DE INTERLOCUÇÃO DA PROFISSÃO COM A CLASSE TRABALHADORA

O surgimento do Serviço Social vincula-se a demandas históricas que incidem sobre o enfrentamento da “questão social” por parte do Estado⁷ e das classes dominantes no contexto do capitalismo monopolista. Este surgimento se dá na primeira metade do século XX com bases mais doutrinárias que científicas no âmbito de um movimento reformista conservador (Iamamoto, 2008). O conservadorismo neste período é evidenciado na formação profissional, no projeto social da Igreja Católica e nos pressupostos neotomistas⁸ e positivistas, que influenciavam a profissão de forma diversa. As determinações históricas de sua existência são mediadas pelas necessidades dadas na relação entre o capital e o trabalho posta no capitalismo dos monopólios, conforme referido.

O direcionamento dado a partir dos projetos das forças sociais – Igreja, Estado e Burguesia, presentes na profissão desde sua origem, buscava enfrentar as expressões da “questão social” como uma questão moral e individualizada, Martinelli (2011) explicita que,

A ‘questão social’, nesse enfoque, era vista de forma bastante reducionista, como manifestação de problemas individuais, passíveis de controle através de uma prática concebida como uma atividade reformadora do caráter [...] A ênfase na abordagem individual e a apreensão do Serviço Social como atividade reformadora do caráter demandavam segurança na utilização de teorias, conhecimentos e conceitos produzidos naquelas áreas (MARTINELLI, 2011, p.114; 115).

Por assim dizer, em sua gênese, o Serviço Social, sofreu a influência da doutrina conservadora da Igreja Católica e os interesses da classe dominante,

7 Sobre o Estado partimos do entendimento de Engels que o caracteriza da seguinte maneira: Nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida (ENGELS, 1985, p.193). Nesta medida, o Estado jamais abandonou seu legado, de ser preponderantemente o comitê executivo da burguesia, como afirmou Marx.

8 De acordo com Aguiar (1982) o neotomismo elaborou um pensamento coerente e harmônico partindo do pressuposto de que a primeira realidade a ser explicada é Deus. Assim, esta corrente filosófica se caracteriza como um calço mais consistente à Igreja nos seus confrontos, também pela via da doutrina social, com a modernidade.

tendo as sequelas da questão social, vistas e enfrentadas como uma questão moral, assim, a atuação profissional era voltada à moralização comumente pautada na individualização dos problemas sociais cuja defesa da ordem naturalmente harmônica e do bem comum e a liberdade abstrata eram a tônica.

Conforme Barroco (2006), o tratamento moral da questão social é tanto uma resposta política das variadas forças sociais de modo a conter a luta da classe trabalhadora, como, para a Igreja, é a terceira via em oposição ao comunismo e ao liberalismo, com uma dimensão política ideológica da intervenção, fundamentadas, nas encíclicas *Rerum novarum* e *Quadragesimo anno*. Não por acaso, as bases dos fundamentos filosóficos da ética tradicional deste período, aplicados nas primeiras escolas de Serviço Social, por intermédio das disciplinas de Filosofia e Ética foram: tomismo, positivismo e fenomenologia, que permaneceram como fundamentos dos códigos de ética da profissão, até a década de 1990⁹.

A partir dos anos de 1960, se inicia o processo de renovação crítica do Serviço Social, atrelado ao circuito sociopolítico e histórico da América Latina¹⁰. Período marcado pela efervescência dos movimentos sociais, determinado tanto pela crise mundial do padrão de acumulação capitalista, gerados após a II Guerra, como a inserção dos países latinos na nova divisão internacional do trabalho, com a implantação da política econômica desenvolvimentista, que veio para ampliar as contradições e as desigualdades sociais. No Brasil, frente a esse cenário, as ações profissionais foram questionadas quanto a sua eficácia mediante à realidade sociocultural e política brasileira, assim como os fundamentos teóricos e metodológicos que baseavam sua prática.

Entretanto, conforme Netto (2005), a ditadura militar instalada no Brasil em 1964 e posteriormente nos demais países da América Latina, estagnou o processo de renovação e, por conseguinte, o Movimento de Reconceituação do Serviço Social no continente que já tinha 10 anos de efervescência.

Em meados dos anos 1970, a renovação profissional materializada na reconceituação viu-se congelada: seu processo não decorreu por mais de uma

9A conferir em Barroco (2006) e em Barroco; Terra (2012)

10 Vale conferir a importante reflexão de NETTO (2005) sobre a importância do Movimento de Reconceituação para a renovação crítica do serviço social brasileiro.

década. E seu ocaso não se deveu a qualquer esgotamento ou exaurimento imanente; antes, foi produto da brutal repressão que então se abateu sobre o pensamento crítico latino-americano (NETTO, 2005, p. 10).

A Ditadura Militar no Brasil proporcionou o fortalecimento do conservadorismo, de modo que este período é também seu resultado, bem como contribuiu para a ocasião da renovação modernizadora no interior da profissão. A direção fascista imposta pela Ditadura possibilitou a emergência da renovação da categoria, dando início ao processo de ruptura profissional que, em ressonâncias às tendências, expressa no Movimento de Reconceituação¹¹, apontavam à crítica radical ao tradicionalismo.

Ainda na década de 1970, o Serviço Social brasileiro questionava sua teoria e prática, em articulação com as demandas sociais e políticas da classe trabalhadora, destaque para os encontros de Teresópolis e Sumaré. Em 1979, em São Paulo, aconteceu o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, considerado o marco do movimento de ruptura, o conhecido “Congresso da Virada”¹², que contou com a presença de vários representantes da classe trabalhadora, inclusive a participação de um sindicalista em sua mesa.

Entre as décadas de 1970 a 1980, inicia-se a consolidação da produção científica da categoria, o que muitos autores vão chamar de “amadurecimento teórico da profissão”, momento em que a academia toma Marx como seu referencial teórico, favorecendo a superação dos equívocos das primeiras aproximações com o marxismo, que se deu de modo enviesado dado o contexto de repressão próprio do período autocrático burguês (NETTO, 2008). Tal fato repercute diretamente na construção do novo currículo de Serviço Social bem como no novo código de ética de 1986, configurado na primeira expressão legítima e legal da direção sociopolítica crítica da profissão no Brasil.

Em 1993¹³, o Código de 1986 foi reformulado, e teve como pressuposto o

11O Movimento de Reconceituação foi um movimento de crítica ao positivismo e ao funcionalismo e a fundamentação da visão marxista na história e estrutura do Serviço Social que aconteceu nos países latinos americanos como Chile, Argentina, Peru e Uruguai; vale consultar as obras de Netto (2005) e Faleiros (1979)

12Conferir em CFESS Manifesta: 30 anos do congresso da virada (2009). Disponível em <<http://www.cfess.org.br/arquivos/congresso.pdf>> acesso em 04 de julho de 2022.

13 Destaca-se entre seus princípios fundamentais: “Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo”; “Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua

projeto profissional da categoria, o qual indica a centralidade do trabalho na reprodução da vida social, defesa pela emancipação humana e a

base objetiva de constituição das ações ético-morais: as capacidades que tem a partir da práxis, objetivam a sociabilidade, a Consciência, a Liberdade, a Universalidade do ser humano genérico. Em função dessas capacidades objetivas explicitam-se os valores éticos fundamentais: liberdade, equidade e justiça social, articulando-os a democracia e a cidadania (BARROCO, 2006, p. 201).

Resultando na construção do projeto ético-político profissional, que conforme Reis (2005) tem projeção coletiva e envolve sujeitos individuais e coletivos em torno de uma determinada valorização ética, que por sua vez, está intimamente vinculada a um projeto societário, presente na sociedade que se relacionam com os diversos projetos coletivos (profissionais ou não) em disputa na sociedade (REIS, 2005, p. 393).

Nesta direção, os projetos societários são projetos coletivos e de classes, conforme Netto, (1990), com tal nível de abrangência e inclusividade que se fundem em projetos macroscópicos com propostas para o conjunto da sociedade, com uma dimensão política, envolvendo relações de poder, constituída de uma estrutura flexível e mutável, que se transforma e se renova mediante a conjuntura histórica e política estabelecida. Os diferentes movimentos sociais organizados representam espaços que disputam projetos societários antagônicos, na luta pela hegemonia¹⁴. Conforme Martinelli(2006) “Os projetos societários têm no seu horizonte uma imagem de sociedade a ser construída, dirigindo-se à sociedade em seu conjunto”(MARTINELLI, 2006, p. 17).

Cumprir destacar que o projeto ético-político se situa no contexto contraditório que baliza a intervenção profissional do Serviço Social entre as classes, e está vinculado a um determinado projeto societário cujo eixo central é a transformação da dada ordem social. Sobre o entendimento do que vem a ser projetos societários, consideramos necessário situar como Netto vê a questão:

gestão democrática”; “Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste código e com a luta geral dos trabalhadores”; “Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional”.

14Importante leitura de MONTAÑO e DURIGUETTO (2011) sobre Estado, Classe e Movimento social

Trata-se daqueles projetos que apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la. Os projetos societários são coletivos; mas seu traço peculiar reside no fato de se constituírem como projetos *macroscópicos*, como propostas para o conjunto da sociedade (...) Em sociedades como a nossa os projetos societários são, necessariamente e simultaneamente, projetos de classe, ainda que refratem mais ou menos fortemente determinações de outra natureza (culturais, de gênero, étnicas etc.). (NETTO, 199, p. 2).

Portanto, os projetos societários podem ter um viés de conservação ou transformação da ordem social. Teixeira e Braz, esclarecem da seguinte maneira:

Entre os transformadores, há várias posições que têm a ver com as formas (as estratégias) de transformação social. Assim, temos um pressuposto fundante do projeto ético-político: a sua relação ineliminável com os projetos de transformação ou de conservação da ordem social. Dessa forma, nosso projeto filia-se a um ou outro projeto de sociedade não se confundindo com ele (BRAZ; TEXEIRA, 2009, p. 189).

Portanto, não há apenas um projeto societário, eles possuem determinações e direcionamentos divergentes e se confrontam e disputam a adesão de seus membros: por um lado os que atendem os interesses econômicos, sociais, culturais e políticos da classe dominante, e por outro, os que atendem os interesses da classe trabalhadora. Conforme Coutinho (1996, p. 54), é no âmbito da sociedade civil que as “classes buscam exercer sua hegemonia, ou seja, buscam ganhar aliados para os seus projetos através da direção e do consenso”, este processo só é possível no Estado político-democrático¹⁵.

III. Projeto ético-político profissional e desafios profissionais

As transformações societárias afetam o conjunto da vida social, incidindo sobre as profissões, efetivando consequências nos espaços sócio-ocupacionais, nas condições objetivas de trabalho, na formação profissional e para as práticas organizativas. Nesse contexto adverso, ter um projeto profissional crítico como

15 Netto (1990).

balizador da intervenção possibilita compreender tais desafios e o significado social da profissão para que sejam formuladas pelo coletivo profissional e de estudantes, em conjunto com os setores progressistas da sociedade formas de enfrentamento à ordem social vigente.

O projeto ético-político apresenta-se como uma possibilidade de uma intervenção consciente e comprometida com a garantia de direitos dos usuários, que proporciona, ainda, a compreensão e o enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. Para tanto, uma intervenção crítica e reflexiva das expressões da questão social requer um sólido projeto de formação profissional, articulado aos diversos conhecimentos necessários à compreensão da realidade social.

Os projetos profissionais, tendem a estar vinculados aos projetos societários hegemônicos, entretanto o projeto ético-político profissional do Serviço Social tem buscado refletir a vontade coletiva com o compromisso voltado à classe trabalhadora. Com isso dar-se o processo de construção de uma contra-hegemonia, vinculado a um projeto de transformação da sociedade, a qual propõe uma nova ordem social, voltada à equidade e a justiça social, numa perspectiva de universalização dos acessos aos bens e serviços relativos às políticas sociais.

Esta profissão é a única que “tem um projeto ético-profissional com direção teórica, ética e política explicitamente anticapitalista e anti conservadora” (VINAGRE, 2009, p. 722).

Netto (2001) define projetos profissionais como a autoimagem de uma profissão:

Os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elege os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teórico, instrumentais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (entre estas, também e destacadamente com o Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais) (NETTO, 2001, p. 95).

Este processo, historicamente construído, só foi possível a partir do movimento de ruptura com o conservadorismo, e a introdução de novas bases filosóficas, particularmente a dialética marxista, além do avanço teórico-metodológico da profissão quanto a sua relação com às políticas sociais e movimentos sociais organizados. A relação do Serviço Social com a teoria marxista possibilitou a compreensão do significado social da profissão, contribuiu na reflexão de intervenção sócio-profissional e, sobretudo na fundamentação da relação teoria e prática profissional.

Consequentemente, a dimensão técnico operativa do serviço social passou por transformações, conforme Santos; Backx; Guerra (2012), na década de 1970, cabia exclusivamente ao profissional a responsabilidade pela sua competência profissional, bem como seus instrumentos e técnicas; nos anos de 1980, atribui-se a responsabilidade exclusiva de cada profissional a sua competência profissional. Só em 1996, com a aprovação do projeto de formação profissional, ficou definida a competência profissional do assistente social em três dimensões da intervenção: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. A novidade nesta nova proposta de formação é “a centralidade da dimensão interventiva e da dimensão investigativa, o caráter estruturador da dimensão ética para todo o processo de formação e a concepção de unidade entre as dimensões” (SANTOS; BACKX; GUERRA, 2012, p.11).

As mudanças no campo do trabalho e na relação Estado-sociedade redimensiona o exercício profissional e diante da lógica mercadológica que passa a reger as políticas sociais, âmbito privilegiado de inserção do assistente social, a atuação profissional passa a incorporar a racionalidade vigente de eficácia, eficiência, produtividade, dentre outros conceitos adotados pelos detentores do capital tendo em vista à acumulação e produtividade sempre crescentes. O trabalho do assistente social se limita, em muitos casos,

[...] ao cumprimento de rotinas burocráticas e de metas institucionais, influenciando nas funções, qualidade e competência do trabalho profissional, estabelecendo normas específicas e, até mesmo, à luz da lógica mercadológica, define-se as necessidades de capacitação, o ritmo e a intensidade do trabalho e os recursos [...] disponíveis [...] (GUERRA, 2007, p. 8).

A conjuntura exige um profissional capaz de realizar a crítica ao modo de produção vigente, o que passa pelo entendimento das novas relações estabelecidas entre o Estado e a sociedade, um profissional capaz de propor estratégias de enfrentamento às múltiplas expressões da questão social nos diferentes espaços sócio-ocupacionais.

Somente a partir da análise dos processos sociais sob a ótica de uma matriz teórico-metodológica crítica torna-se possível a apreensão da totalidade social, com vistas a intervir nas demandas singulares que se apresentam no cotidiano profissional sem desvinculá-las da universalidade, ou seja, do sistema socioeconômico capitalista que produz e reproduz as desigualdades em seus cortes de gênero, raça, etnia, classe e outros e apreender os limites entre uma prática imediatista, espontânea, intuitiva, manipulatória e uma prática com direção sociopolítica.

A dimensão intelectual do projeto profissional demanda um profissional com um rigoroso domínio teórico-metodológico e que adote uma postura investigativa no objetivo de captar as tendências do desenvolvimento histórico. Para Guerra (2007) o profissional deve pautar-se numa teoria crítica que busque compreender a sociedade capitalista para além da sua aparente neutralidade, bem como para que apreenda sua crise estrutural e possibilidades de transformação social, com a finalidade de se estabelecer uma intervenção consciente e sistemática nas contradições geradas pelo movimento da realidade pela via das suas mediações. Então, o desafio central para o assistente social:

[...] é o de fazer a crítica dos fundamentos da cotidianidade tanto daquela em que ele se encontra inserido quanto a do cotidiano dos sujeitos sociais a quem presta serviços, o que significa examinar os fundamentos, analisá-los, reconhecê-los, para transcendê-los (GUERRA, 2007, p. 16).

É imprescindível reafirmar e defender os valores e princípios do projeto ético-político profissional mesmo diante das grandes adversidades já esboçadas, pois ele representa uma estratégia fundamental, na medida em que “[...] fornece os insumos para enfrentar as dificuldades profissionais a partir dos compromissos coletivamente construídos pela categoria” (BRAZ; TEIXEIRA, 2009, p. 194).

Faz-se necessário tornar o projeto profissional um norte para o exercício profissional, articulando-o às dimensões ético-políticas, acadêmicas e legais que lhe atribuem sustentação com a realidade do trabalho profissional em que se materializa. Constata-se, assim, que o projeto profissional não representa algo distante da prática cotidiana do assistente social, pelo contrário, a intervenção do profissional deve ser balizada pelos princípios ético-políticos construídos, pois sem essa compreensão a prática passa a ser guiada por valores pessoais, o que incorre em uma interpretação e ação na realidade direcionada por uma perspectiva acrítica e a-histórica dos fenômenos e processos sociais.

Assim, somente “[...] orientados por um projeto profissional crítico, os assistentes sociais estão aptos, em termos de possibilidade, de realizar uma intervenção profissional de qualidade, competência e compromisso indiscutíveis” (GUERRA, 2007, p. 14).

A partir do entendimento da formação profissional como uma concepção de ensino e aprendizagem calcada na dinâmica da vida social, depreende-se que as diretrizes propostas têm como pressuposto central a permanente construção de conteúdos (teóricos, éticos, políticos, culturais) que estejam organizados de forma dinâmica, flexível, assegurando elevados padrões de qualidade na formação do assistente social.

A efetivação de um projeto de formação profissional remete a um conjunto de conhecimentos indissociáveis que se traduzem nos núcleos de fundamentação constitutivos da formação profissional. São eles: núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e núcleo de fundamento do trabalho profissional.

Tais núcleos não são autônomos nem subsequentes, ao contrário, têm níveis diferenciados de apreensão da realidade social e profissional, subsidiando a intervenção do Serviço Social. Iamamoto e Carvalho (1982) destacam que há explicitamente um movimento contraditório da prática profissional no jogo das forças sociais presentes na sociedade, pois ao tempo que a profissão cria condições favoráveis para a reprodução da força de trabalho, também participa do processo social, reproduzindo as contradições próprias da sociedade capitalista,

ao mesmo tempo, e pelas mesmas atividades pelas quais é chamado a reforçar as condições de dominação. ou seja,

O exercício profissional é necessariamente polarizado pela trama de suas relações e interesses sociais. Participa tanto dos mecanismos de exploração e dominação, quanto, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência das classes trabalhadoras e da reprodução do antagonismo dos interesses sociais. Isso significa que o exercício profissional participa de um processo que tanto permite a continuidade da sociedade de classes quanto cria as possibilidades de sua transformação (IAMAMOTO, 2014, p. 610).

Ao atuarmos no movimento contraditório das classes, acabamos por imprimir uma direção social às nossas ações profissionais que favorecem a um ou a outro projeto societário. Tendo consciência ou não, interpretando ou não as demandas de classes (e suas necessidades sociais) que chegam até nós em nosso cotidiano profissional, dirigimos nossas ações favorecendo interesses sociais distintos e contraditórios.

A ofensiva neoliberal suprime direitos sociais arduamente conquistados pela classe trabalhadora, mercantiliza tais direitos, por meio de uma lógica que atribui ao mercado a regulação da vida social, através da precarização e focalização das políticas e programas sociais, da transferência de responsabilidades do Estado, no que se refere à proteção social, à sociedade civil ou à iniciativa privada. Essa realidade impõe aos profissionais a defesa dos princípios e valores do projeto ético-político, permeada de uma intervenção comprometida com os interesses da classe trabalhadora e que se posiciona radicalmente contrário à negação de direitos e a desigualdade social.

A concepção de formação profissional acompanha as transformações ocorridas no processo de produção e reprodução da vida social, determinados pela reestruturação produtiva, pela contra-reforma do Estado e pelas novas formas de enfrentamento da questão social, o que repercute, como explicitado anteriormente, na alteração das demandas profissionais. Nesse sentido, “as mudanças verificadas nos padrões de acumulação e regulação social exigem um redimensionamento das formas de pensar/agir dos profissionais diante das novas demandas, possibilidades, e das respostas dadas” (ABESS, 1997, p. 62). O que

implica afirmar que o trabalho do assistente social deve ser apreendido a partir de um debate teórico-metodológico que possibilite repensar o ideário e a inserção profissional de forma crítica, recuperando o sujeito que trabalha enquanto indivíduo social.

Dito isto é possível concluir que uma série de componentes constitui o projeto ético-político do Serviço Social, e vão desde a imagem ideal da profissão, função social, valores que a legitimam, conhecimentos teóricos, a normas e práticas, sendo várias, portanto, as dimensões deste projeto profissional. Para que tais dimensões adquiram a legitimidade necessária para constituírem um projeto profissional, é necessária a adesão a este projeto pela maioria dos profissionais. Para tanto, tal legitimidade supõe o pluralismo profissional, ou seja, conforme afirma Netto (1999, p. 7) “o projeto hegemônico de determinado corpo profissional supõe um pacto entre seus membros: uma espécie de acordo sobre aqueles aspectos que no projeto, são imperativos e aqueles indicativos”.

Tal adesão pela maioria dos profissionais a um determinado projeto advém da imprescindível hegemonia, adquirida ainda conforme o autor através de recursos políticos organizativos, de processos e debates capazes de culminarem na elaboração, por exemplo, dos elementos éticos, sem, portanto, se limitar a estes. É neste sentido que, perpassam, sobretudo, as opções teóricas, ideológicas e políticas dos profissionais, em que a designação dos projetos profissionais como ético-políticos apenas adquire efetividade histórico-concreta quando se combina com uma direção política profissional.

IV. CONCLUSÃO

Diante do exposto, é factível que as transformações societárias afetam o conjunto da vida social, incidindo sobre as profissões, causando o redimensionamento dos espaços sócio-ocupacionais, condições objetivas de trabalho, formação profissional e práticas organizativas. Nesse contexto adverso, ter um projeto profissional crítico como balizador da intervenção, possibilita compreender tais desafios e o significado social da profissão para que sejam

formuladas pelo coletivo profissional em conjunto com os setores progressistas da sociedade formas de enfrentamento à ordem social vigente. Sem perder de vista que a luta por uma nova hegemonia não deve se constituir apenas na ampliação da democracia na sociedade burguesa, mas, sobretudo, na perspectiva da emancipação humana.

Deste modo, se põe na órbita do Serviço Social enormes desafios, alguns já perpassaram a sua história, outros se colocam de maneira inaugural principalmente frente ao contexto de crise do capitalismo. Chama-nos a atenção, o fortalecimento da lógica própria do pensamento neoconservador de que a saída para a condição em que o sujeito se encontra está na atitude individual.

Com base no exposto, principalmente no que tange às respostas gestadas por parte do Serviço Social, colocamo-nos a favor do debate que efetive a crítica radical a esta sociabilidade, compreendendo que a transformação societária deve advir da classe trabalhadora como radicalmente antagonista do capital. Em três séculos desde a efetivação da sociabilidade capitalista é possível afirmar que as diversas reformas reivindicadas inclusive por parte do trabalho, não efetivaram e nem poderiam efetivar, em virtude de sua lógica a superação da regência do capital sobre o trabalho.

Nesta medida, faz-se necessária a oposição intransigente às investidas do capital contra a classe trabalhadora. As conquistas teóricas e políticas que pautam a história do Serviço Social precisam estar na ordem do dia, na medida em que possam ser colocadas a favor e como estímulo à reflexão por parte dos profissionais e não só, precisamente de toda a sociedade, “que a situação, do ponto de vista dos interesses da classe trabalhadora, não está nada fácil. A luta pela transformação revolucionária da sociedade não poderá avançar enquanto esta classe não voltar a ocupar o lugar que lhe compete. Ao trem da revolução está faltando a locomotiva e sem a presença dela todos os outros esforços apenas perpetuarão a existência deste sistema” (TONET, 2013, p. 10).

A ordem do dia é a seletividade do acesso aos usuários aos bens e serviços e a precarização das relações de trabalho e da formação profissional, rebatendo diretamente no Serviço Social, ao tempo em que ressurgem o fantasma do

conservadorismo na profissão, seja pela falta de leitura que possibilite a análise de conjuntura de forma crítica, ou até mesmo pela urgência em dar respostas às mais diversas demandas, impossibilitando a reflexão da prática profissional. O que está em jogo não é só o projeto ético-político da nossa profissão, mas, sobretudo o projeto societário de emancipação política e humana para a sociedade.

REFERÊNCIA

ABEPSS. **Reforma do Ensino Superior e Serviço Social**. Revista Temporalis, Brasília, ano I, n. 1, jan./ jun. 2000.

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos**. – 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BARROCO, Maria Lúcia Silva; TERRA, Sylvia Helena. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (Orgs.) **Código de ética do/a Assistente Social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

BONETTI, D. A. et al. **Serviço Social e Ética**. São Paulo: Cortez/CFESS, 1996.

BRAZ, M. **Notas sobre o projeto ético-político**. In: Assistente Social: Ética e Direitos. 3. ed. (rev. e ampl.). Rio de Janeiro: CRESS, 1996. (Coletânea de leis e resoluções).

BRAZ, Marcelo; TEIXEIRA, Joaquina Barata. **O projeto ético-político do Serviço Social**. In: Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

CBCISS. **Teorização do Serviço Social: Documentos de Araxá, Teresópolis e Sumaré**. 2 ed. São Paulo: Agir, 1986

COUTINHO, C. N. **Marxismo e política**. A dualidade de poderes e outros ensaios, São Paulo, Cortez, 1996.

EAD/CFESS/ABEPSS. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 2: **Crise contemporânea, questão social e serviço social**. Brasília, CEAD, 1999.

FALEIROS, Vicente de Paula. Espaço institucional e espaço profissional. In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo, Cortez, 1979. p. 137-152

GUERRA, Yolanda. **O Projeto Profissional Crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 91, p. 5-33, set. 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A Questão Social no capitalismo**. In: Temporalis. Ano 2, n. 3. Brasília: ABEPSS, Graflina, 2001, p. 51-61.

. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

. **O Serviço Social na cena contemporânea**. In: Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

. **Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade**. In: CFESS. Atribuições privativas do assistente social em questão. Brasília, 2012.

. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro**. In: Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-sociológica. São Paulo: Cortez/Celats, 1982.

MARTINELLI, M. L. **Reflexão sobre o Serviço Social e o Projeto ético-político profissional**. In: Palestra promovida pelo Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa, PR, em 10/11/2005. Transcrição de Jussara Ayres Bourguignon, em março de 2006.

TONET, Ivo. O grande ausente. 2013. Disponível em:
<<https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/nyF6M1O4u34Z3bA49Gt2.pdf>> Acesso em: 25 de agosto de 2022.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: O socialismo no século XXI. São Paulo: Ed Boitempo, 2007

MONTANO, C.; DURIGUETTO, M. L. . Estado, Classe e Movimento Social. 2011.

NETTO, J. P. **A construção do projeto ético-político contemporâneo**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

. **Transformações Societárias e Serviço Social**. Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Cortez, ano XVII, n. 50, abr. 1996.

. **Cinco notas a propósito da “Questão Social”**. Temporalis, Brasília, DF, ano 2, n. 3, p. 41-49, jan./jul. 2001.

. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social** -. 5ª. ed. - São Paulo, Cortez, 2006.

. **O Movimento de Reconceituação** – 40 anos depois. Rev. Serviço Social e Sociedade, nº. 84. São Paulo: Cortez, 2005, p. 21-36.

OMENA, V. C. de **O Movimento de Reconceituação do Serviço Social e o Processo de Renovação Crítica da Profissão a Partir da Década de 1980 no Brasil**. disponível em < <http://pt.scribd.com/doc/14943699/O-MOVIMENTO-DE-RECONCEITUACAO-DO-SERVICO-SOCI-AL-E-O>>.

OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Maria Célia. **Os sentidos da democracia**: políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis: Vozes/Nedic, 1999.

REIS, M. B. M. dos, **Notas sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social**. Coletânea de Leis. CRESS/AL, 16ª região. Alagoas, 2005.

SANTOS, C. M. dos; BACKX, S; GUERRA, Y.(ORG) **A dimensão técnico-operativa no serviço social**. juiz de fora: ed UFJF 2012

SIMIONATTO, Ivete. **Classes subalternas, lutas de classe, e hegemonia**: uma abordagem gramsciana. *Katálysis*, Universidade Federal de Santa Catarina, v. 12, n. 1, p. 41-49, 2009.

VINAGRE, Marlise. **A “Virada” na ética e nos conselhos de fiscalização profissional**. In: *Rev. Serviço Social e Sociedade*, nº 100, São Paulo: Cortez, 2009, p. 720-727.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social** São Paulo: Cortez, 2009.

,

,